



Concurso Público para provimento de cargos de
**Agente Técnico
Jurídico**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AT01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

Seria verdade que o homem, ao ser expulso do paraíso, sofreu como condenação ter de trabalhar? O trabalho é um castigo? Seria o ócio uma dádiva? Independentemente da necessidade de trabalhar para ganhar o sustento, muitas vezes enfrentando tarefas enfadonhas e repetitivas, impondo-se o deslocamento de casa até a fábrica ou o escritório, com horas de sacrifício dentro do metrô ou do ônibus, penso que o trabalho dá sentido à vida.

Somos condenados a viver. Nascemos, e nas condições que se apresentam, devendo enfrentar a situação de filho de beltrano e de sicrana, rico ou pobre, brasileiro, suíço ou angolano. Viver é uma aventura que de plano enfrenta o barulho depois do confortável silêncio do útero materno. Inicia-se o percurso e cabe a cada qual afirmar sua individualidade.

Cada qual se põe na vida diante desta empreitada: obter sua realização pessoal. Pela via do trabalho a pessoa marca sua individualidade, assinala sua passagem por esta vida, ocupa as horas do cotidiano visando a construir sua autoestima e a conquista importante do reconhecimento dos demais.

O trabalho atua em duas frentes: permite, de um lado, que as pessoas se afirmem perante si mesmas, motivando a busca de realização, podendo trazer orgulho no sucesso ou dor diante de eventual fracasso; e, de outro lado, faz surgir entre os consorciados o reconhecimento de uma condição própria como sapateiro, mecânico, médico, professor, cozinheiro. Esse espaço na sociedade causa satisfação ou desilusão, se reconhecido como o melhor sapateiro do bairro ou o pior cozinheiro da região.

Assim, fracassar na execução de uma profissão ou ofício é do jogo da vida. Mais frustrante mesmo é nem sequer entrar no jogo para fazer algo com sua cara, com seu jeito, da sua forma, esperando infantilmente contar com acontecimentos externos para conseguir preencher o vazio de uma existência sem rosto.

Dois fenômenos da atual sociedade digital, na qual mais se mexem os dedos no iPhone do que se ativam os neurônios, indicam uma falsa felicidade não derivada da efetivação de um projeto, mas sim de fatores marcadamente efêmeros, visivelmente enganosos: os relacionamentos pela rede Facebook e o culto às celebridades.

A urgência hoje vivida de compartilhar imediatamente todos os acontecimentos (ouvir uma música, comprar uma roupa, deliciar-se com um vinho, trocar um olhar) retira a vivência da realidade do âmbito individual, pois o essencial é antes dividir com alguém o sucedido para receber imediatamente o assentimento elogioso do que sentir isoladamente o prazer do fato, transformando-se, dessa maneira, o mundo numa grande academia do elogio mútuo. A satisfação, então, vem de fora, pois algo só vale se outrem vier a curtir. Instala-se um novo cartesianismo: eu compartilho, logo, existo.

Outra futilidade alienante domina os espíritos: a celebração das celebridades, os famosos, a mais perfeita criação artificial da mídia. Ídolos passageiros, sem conteúdo, apenas virtuais, povoam a fantasia. A existência perde consistência. Muitos são os espíritos empreendedores, porém, infelizmente, repetem-se hoje jovens para os quais a conquista árdua, a afirmação profissional deixa de ser importante para que eventuais fracassos não sejam sofridos, mas disfarçados, driblados pelo compartilhamento elogioso de momentos irrelevantes ou pelo consumismo desenfreado, que substitui o ser pelo possuir. A vida deixa de ter cor, passa em branco.

(Miguel Reale Júnior. **O Estado de S. Paulo**. A2, 6 de abril de 2013, com adaptações)

1. A afirmativa correta é:

- (A) A pretexto de divagações sobre o trabalho como condenação, portanto sujeito a sacrifícios, o autor se posiciona a respeito da superficialidade e da necessidade de compartilhamento virtual que caracterizam a sociedade atualmente.
- (B) Ao constatar o culto às celebridades, sejam elas reais, sejam virtuais, o autor busca identificar alguns valores dispersos na sociedade moderna, que atestam a importância adquirida pelos meios de comunicação.
- (C) Tendo sido condenado ao trabalho por determinação divina, cabe ao homem aceitar as limitações impostas pelas condições em que nasce, a não ser que se transforme em celebridade cultuada pelos meios virtuais.
- (D) Frustrações eventuais, embora inerentes às condições de trabalho, tendem a fortalecer o espírito de muitos empreendedores, no sentido de conseguir o reconhecimento de seu valor dentro de um mesmo grupo social.
- (E) A falta de amadurecimento propicia as maiores dificuldades na consecução do trabalho e, por essa razão, jovens empreendedores anseiam pelo sucesso obtido na mídia, embora superficial e passageiro.

2. A essência do desenvolvimento textual se encontra

- (A) na dicotomia estabelecida entre afirmação da individualidade e relacionamentos sem consistência, em função da importância atribuída hoje à aprovação da sociedade, ainda que seja por meio virtual.
- (B) no reconhecimento social, obtido atualmente mediante divulgação constante das atividades nas redes de compartilhamento, que agregam enorme número de participantes.
- (C) nas dificuldades de reconhecimento da dignidade de certos ofícios considerados de menor importância na sociedade e que, por isso, acabam sendo vistos até mesmo com desprezo.
- (D) no exemplo oferecido por pessoas que se tornaram célebres ao conseguir sucesso em áreas tradicionalmente dominadas pelo individualismo que garante projeção ou acaba em fracasso.
- (E) na aceitação de que o trabalho, ao exigir sacrifícios e poucas vezes trazer o devido reconhecimento social, pode ser substituído pela projeção adquirida nas redes sociais.



3. A referência ao cartesianismo, cuja máxima está no "*Penso, logo, existo*", consiste em
- (A) intenção motivadora, justificando a necessidade de *busca de realização* pessoal, mesmo que ela possa trazer *orgulho no sucesso ou dor diante de eventual fracasso*.
- (B) recurso argumentativo, no sentido de demonstrar que a sociedade moderna dispõe de meios incontestáveis para que *as pessoas se afirmem perante si mesmas*.
- (C) paráfrase irônica, reafirmando a crítica a um tempo em que *mais se mexem os dedos no iPhone do que se ativam os neurônios*.
- (D) alerta contra as dificuldades que cercam a realização de certo tipo de trabalho, com que as pessoas tendem a ocupar *as horas do cotidiano visando a construir sua autoestima*.
- (E) constatação irrefutável de que *o homem sofreu como condenação ter de trabalhar*, em razão das *condições que se apresentam* a ele, em seu nascimento.
-
4. Na parte inicial do texto, voltada principalmente para o trabalho, observa-se
- (A) valorização do ócio como contestação para o fato de que o *trabalho* tenha se transformado em *castigo* por determinação divina, como consta do relato bíblico.
- (B) insistência no emprego do verbo *enfrentar*, que remete à luta pela vida e à busca da autoestima e do reconhecimento social, vistos como *empreitada*.
- (C) conclusão da ideia de que é difícil, senão impossível, alterar *as condições que se apresentam* por ocasião do nosso nascimento, e que devem ser superadas.
- (D) antecipação do assunto que passará a ser desenvolvido, e que se encontra resumido no segmento *necessidade de trabalhar para ganhar o sustento*.
- (E) evidência de que o trabalho será sempre motivo de desgaste, tanto físico quanto moral, pois temos, muitas vezes, de enfrentar *tarefas enfadonhas e repetitivas*.
-
5. ... *para que eventuais fracassos não sejam sofridos*...
- O verbo que pode ser transposto para a mesma voz em que se encontra o grifado acima está na frase:
- (A) *Seria o ócio uma dádiva?*
- (B) *... ocupa as horas do cotidiano...*
- (C) *O trabalho atua em duas frentes...*
- (D) *... nem sequer entrar no jogo...*
- (E) *... contar com acontecimentos externos...*
-
6. Considere as afirmativas seguintes a respeito do emprego de sinais de pontuação no texto.
- I. As interrogações que aparecem no início do texto têm função meramente retórica, empregadas como recurso para a introdução do assunto a ser desenvolvido.
- II. *O trabalho atua em duas frentes: permite, de um lado, que as pessoas... (4º parágrafo) ... de fatores marcadamente efêmeros, visivelmente enganosos: os relacionamentos pela rede Facebook e o culto às celebridades. (6º parágrafo)*
O emprego dos dois pontos introduz, em ambos os casos, segmentos de valor semelhante.
- III. *(ouvir uma música, comprar uma roupa, deliciar-se com um vinho, trocar um olhar) (7º parágrafo)*
O segmento entre parênteses constitui enumeração gradativa contraposta ao argumento apresentado.
- IV. *... ou pelo consumismo desenfreado, que substitui o ser pelo possuir. (final do texto)*
Retirada a vírgula, o período permanecerá correto, embora ocorra alteração de sentido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.
-
- Atenção: Considere a frase abaixo para responder às questões de números 7 e 8.
- ... que o trabalho dá sentido à vida.*
7. O verbo que apresenta idêntica regência está na frase:
- (A) *A satisfação, então, vem de fora...*
- (B) *... enfrentar a situação de filho de beltrano e de sicrana...*
- (C) *... antes dividir com alguém o sucedido...*
- (D) *Assim, fracassar na execução de uma profissão ou ofício...*
- (E) *... preencher o vazio de uma existência sem rosto.*
-
8. O sinal indicativo de crase deverá ser mantido se a palavra **vida** for substituída por:
- (A) toda circunstância que nos faça felizes.
- (B) muitas coisas boas que a vida nos oferece.
- (C) que seja possível a obtenção do sucesso.
- (D) contingência de viver que recebemos ao nascer.
- (E) investir em nossa realização pessoal.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 12.

Sobre Poesia

Não têm sido poucas as tentativas de definir o que é poesia. Desde Platão e Aristóteles até os semânticos e concretistas modernos, insistem filósofos, críticos e mesmo os próprios poetas em dar uma definição da arte de se exprimir em versos, velha como a humanidade. [...]

Um operário parte de um monte de tijolos sem significação especial senão serem tijolos para – sob a orientação de um construtor que por sua vez segue os cálculos de um engenheiro obediente ao projeto de um arquiteto – levantar uma casa. Um monte de tijolos é um monte de tijolos. Não existe neles beleza específica. Mas uma casa pode ser bela, se o projeto de um bom arquiteto tiver a estruturá-lo os cálculos de um bom engenheiro e a vigilância de um bom construtor no sentido do bom acabamento, por um bom operário, do trabalho em execução.

Troquem-se tijolos por palavras, ponha-se o poeta subjetivamente na quádrupla função de arquiteto, engenheiro, construtor e operário, e aí tendes o que é poesia. A comparação pode parecer orgulhosa, do ponto de vista do poeta, mas, muito pelo contrário, ela me parece colocar a poesia em sua real posição diante das outras artes: a de verdadeira humildade. O material do poeta é a vida, e só a vida, com tudo o que ela tem de sórdido e sublime. Seu instrumento é a palavra. Sua função é a de ser expressão verbal rítmica ao mundo informe de sensações, sentimentos e pressentimentos dos outros com relação a tudo o que existe ou é passível de existência no mundo mágico da imaginação. Seu único dever é fazê-lo da maneira mais bela, simples e comunicativa possível, do contrário ele não será nunca um bom poeta, mas um mero lucubrador de versos. [...]

Mas para o poeta a vida é eterna. Ele vive no vórtice dessas contradições, no eixo desses contrários. Não viva ele assim, e transformar-se-á certamente, dentro de um mundo em carne viva, num jardinista, num floricultor de espécimes que, por mais belos sejam, pertencem antes a estufas que ao homem que vive nas ruas e nas casas. [...]

(Vinicius de Moraes. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974, v. único, p. 536 e 537)

9. Infere-se corretamente do texto que

- (A) o verdadeiro poeta é aquele capaz de transmitir os anseios difusos e os sofrimentos por que passa na vida, verbalizando-os em um jogo requintado de palavras que, no entanto, possam ser compartilhadas por todos.
- (B) nem sempre as palavras empregadas por um poeta condizem com a mensagem que ele pretende transmitir aos leitores, por faltar-lhes um significado inerente à beleza dos temas verdadeiramente poéticos.
- (C) é enganosa a humildade que se atribui a um poeta, pois, em sendo a poesia manifestação artística de emoções informes e disseminadas, somente a sensibilidade desse poeta conseguirá percebê-las e dar vida a elas.
- (D) a poesia somente fará sentido caso o poeta, ao trabalhar com palavras, consiga demonstrar a todos aquilo que a vida pode oferecer, seja o que há de mais belo, seja o que existe de corriqueiro e comum.
- (E) é importante, para um verdadeiro poeta, a expressão verbal rítmica com que ele transforma em sua imaginação os fatos cotidianos vividos, além de poder compartilhar a beleza de seus versos com pessoas anônimas, nas ruas.

10. A comparação entre tijolos e palavras leva à constatação de que

- (A) palavras, que refletem sentimentos difusos e esparsos na vida de todas as pessoas, devem ter valor superior ao de tijolos, material cuja simplicidade não permite a imediata criação de algo realmente belo.
- (B) somente um poeta, habitualmente voltado a exaltar os aspectos grandiosos e belos da vida, poderia associar um monte de tijolos, sem nenhuma beleza, a palavras, instrumento capaz de criar realmente a poesia.
- (C) a versificação feita com palavras é tão importante quanto a disposição uniforme de tijolos que resulta na construção de uma casa, mesmo que tenha havido uma escolha adequada para transmitir o sentimento de beleza.
- (D) a aparente inutilidade dos tijolos não condiz com a harmonia de sons e de significados transmitidos pelas palavras com que o verdadeiro poeta consegue criar algo verdadeiramente belo e reconhecido.
- (E) elementos aparentemente simples e sem significação especial podem, se reunidos sob um planejamento e dispostos com harmonia e conhecimento, criar a beleza que emerge da obra, ao ser esta finalizada.

11. Não viva ele assim, e transformar-se-á certamente (...) num jardinista... (final do texto)

O emprego da forma verbal grifada acima assinala

- (A) desejo de realização de um fato, que justifica a eventualidade da ação seguinte.
- (B) ordem incontestável que, ao ser obedecida, resultará em benefícios.
- (C) dúvida de que seja possível a realização de algo em um futuro próximo.
- (D) hipótese provável e a condição necessária para a concretização de um fato.
- (E) condição hipotética, seguida de eventual consequência.

12. Não existe neles *beleza específica*.

A mesma função sintática do termo grifado acima está no segmento também grifado em:

- (A) ... ela me parece colocar a poesia em sua real posição diante das outras artes...
- (B) A comparação pode parecer orgulhosa...
- (C) ... insistem filósofos, críticos e mesmo os próprios poetas...
- (D) ... a de ser expressão verbal rítmica ao mundo informe de sensações, sentimentos e pressentimentos dos outros...
- (E) Ele vive no vórtice dessas contradições, no eixo desses contrários.



13. Alguns artistas plásticos, como Modigliani, podiam, na época em que passavam fome, trocar uma tela por um prato de comida.
- O segmento grifado acima deverá preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) A matéria conta o poeta é a vida, com tudo o que ela apresenta de belo e de sublime, mas também com o que traz de sórdido.
 - (B) A fonte inesgotável busca o poeta sua inspiração encontra-se no decorrer cotidiano de situações e nas emoções daí advindas.
 - (C) A beleza da arte de poetar reside na sensibilidade o poeta se vale, na escolha das palavras mais adequadas, para criar sua obra.
 - (D) Não há temas sejam considerados verdadeiramente poéticos, mas sim o trabalho do poeta ao demonstrar, com sua arte, os fatos da vida.
 - (E) A verdadeira poesia, o poeta alude, se caracteriza por aparente inutilidade, ainda que seu comprometimento seja, exclusivamente, com a vida.
-
14. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:
- (A) O verdadeiro poeta cria a beleza a partir de elementos aparentemente inúteis da vida, o que lhe trazem, perante pessoas comuns, reconhecimento e prestígio.
 - (B) Quando se considera as grandes obras poéticas, de várias origens e em épocas diversas, sobressaem em todas elas o gênio criativo de seus autores.
 - (C) A um construtor espera-se que se lhes ofereça materiais suficientes para criar sua obra, assim como as palavras servem a um bom poeta.
 - (D) São as palavras e a maneira como as dispõe que oferecem ao poeta o arcabouço necessário à construção da beleza contida em sua obra.
 - (E) Registra a história que Modigliani, a exemplo de outros famosos artistas plásticos, inúmeras vezes conseguiram trocar uma tela por um prato de comida.
-
15. *A vida é para todos um fato cotidiano.
A vida é um fato cotidiano pela dinâmica de suas contradições.
É um fato cotidiano pelo equilíbrio de seus polos contrários.
O homem não poderia viver sob o sentimento dessas contradições e desses contrários.
O poeta vive no vórtice dessas contradições.
Ele vive também no eixo desses contrários.*
- As frases acima articulam-se com clareza, como um parágrafo devidamente pontuado, em:
- (A) A vida é para todos um fato cotidiano, pela dinâmica de suas contradições e pelo equilíbrio de seus polos contrários, sob cujo sentimento o homem não poderia viver. O poeta, no entanto, vive no vórtice dessas contradições e no eixo desses contrários.
 - (B) Sendo a vida para todos um fato cotidiano, pela dinâmica de suas contradições, além do equilíbrio de seus polos contrários. O homem não poderia viver sob o sentimento dessas contradições e desses contrários, como o poeta vive em seu vórtice. E também no eixo desses contrários.
 - (C) A vida, pela dinâmica de suas contradições, é um fato cotidiano. Também é pelo equilíbrio de seus polos contrários que o homem não poderia viver sob cujo sentimento. O poeta vive no vórtice dessas contradições, conquanto vivendo também no eixo desses contrários.
 - (D) A vida, sendo para todos um fato cotidiano, cuja dinâmica de suas contradições e equilíbrio de seus polos contrários. O homem não poderia viver sob esse sentimento, visto que o poeta vive no vórtice dessas contradições e vive também no eixo desses contrários.
 - (E) O fato cotidiano, que é a vida para todos, pela dinâmica de suas contradições e o é pelo equilíbrio de seus polos contrários. Não podendo o homem viver sob o sentimento dessas contradições e desses contrários, o poeta vive no vórtice delas. Vive também em seu eixo.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 16 a 24.

Segundo o filósofo americano Michael Sandel, da Universidade Harvard, estamos em uma época em que todas as relações, sejam emocionais, sejam cívicas, estão tendendo a ser tratadas pela lógica da economia de mercado. Diz ele que passa da hora de abrir-se um amplo debate sobre o processo que, "sem que percebamos, sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado". Já chegamos a ela? Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.

A economia de mercado é o corolário da democracia no campo das atividades produtivas. Mas o que seria uma "sociedade de mercado"? É uma sociedade em que os valores sociais, a vida em família, a natureza, a educação, a saúde, até os direitos cívicos podem ser comprados e vendidos. Em resumo, uma sociedade em que todas as relações humanas tendem a ser mediadas apenas pelo seu aspecto econômico.

Sandel reafirma sempre que, com todos os seus defeitos, o mercado ainda é a forma mais eficiente de organizar a produção e de distribuir bens. Reconhece que a adoção de economias de mercado levou a prosperidade a regiões do globo que nunca a haviam conhecido. Enfatiza, também, que, junto a essa economia de mercado, vem quase sempre o desenvolvimento de instituições democráticas, ambas baseadas na liberdade. Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza. Ele alerta para o fato de que, por ser tão eficiente na economia, a lógica econômica está invadindo todos os outros domínios da vida em sociedade.

(Adaptado de: Jones Rossi e Guilherme Rosa. **Veja**, 21 de novembro de 2012. p. 75-77)

16. O filósofo citado no texto

- (A) censura certa tendência das economias de mercado em sociedades mais desenvolvidas, que acabam interferindo no mercado interno de nações menos privilegiadas economicamente.
- (B) defende uma eventual sociedade de mercado caracterizada pela evolução das relações econômicas, em que tudo, incluindo-se até mesmo os valores, deve ser comercializado.
- (C) reconhece o valor da economia de mercado, porém se preocupa com a tendência atual de comercialização dos valores sociais, fato que tende a desvirtuá-los.
- (D) aceita a interferência das regras da economia em todos os campos da atividade humana, ainda que seja necessário incluir os valores sociais nas mesmas condições de bens e de produtos.
- (E) afirma que a liberdade democrática presente em uma sociedade de mercado justifica a comercialização, tanto de bens e de produtos, quanto dos valores que norteiam essa sociedade.

17. Conclui-se corretamente do texto que

- (A) sociedades bem desenvolvidas são aquelas que conseguem valorizar as relações humanas de acordo com as leis da economia de mercado.
- (B) valores sociais vêm se transformando, atualmente, em objetos de transações comerciais, segundo a lógica de mercado.
- (C) economia de mercado e sociedade de mercado são conceitos que se fundiram atualmente, pois o preço direciona todas as transações de compra e venda.
- (D) sociedade de mercado é aquela que recebe, atualmente, os benefícios conjuntos da economia e da democracia, gerados pela economia de mercado.
- (E) relações humanas podem ser objetos habituais de negociação entre partes interessadas, em respeito à liberdade democrática vigente na economia de mercado.

18. Em relação ao 2º parágrafo, é correto afirmar:

- (A) insiste na importância econômica prioritária dos fenômenos sociais.
- (B) traz informações referentes ao filósofo citado anteriormente.
- (C) retoma a importância do atual desenvolvimento econômico.
- (D) contém uma opinião destinada a criticar o que vem sendo exposto.
- (E) introduz esclarecimentos necessários à compreensão do assunto.



19. *A economia de mercado é o corolário da democracia no campo das atividades produtivas.*

A constatação que justifica a afirmativa acima, considerando-se o contexto, está na

- (A) lógica econômica que abrange as relações humanas existentes na sociedade.
- (B) prosperidade observada em várias regiões do globo.
- (C) abrangência mundial de uma economia de mercado.
- (D) liberdade em que se baseia a economia de mercado.
- (E) organização e na distribuição de bens a todas as regiões do planeta.

20. *Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza.* (último parágrafo)

A *outra natureza* a que se refere o filósofo diz respeito

- (A) ao desenvolvimento econômico resultante da comercialização de quaisquer bens, inclusive os valores cívicos, observado em várias regiões do globo.
- (B) à ausência de um amplo debate sobre as vantagens obtidas por uma sociedade de mercado ao adotar as regras estabelecidas pela economia de mercado.
- (C) aos novos rumos a serem definidos em uma sociedade democrática, no sentido de que suas instituições preservem os valores cívicos.
- (D) à atual tendência observada na sociedade em mediar todas as relações humanas pela lógica da economia de mercado.
- (E) a um eventual comprometimento da liberdade democrática que caracteriza a economia de mercado, caso esta seja transformada em uma sociedade de mercado.

21. Identifica-se noção de causa no segmento grifado em:

- (A) ... por ser tão eficiente na economia, a lógica econômica está invadindo todos os outros domínios da vida em sociedade.
- (B) ... sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado.
- (C) *Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.*
- (D) ... em que os valores sociais, a vida em família, a natureza, a educação, a saúde, até os direitos cívicos podem ser comprados e vendidos.
- (E) ... com todos os seus defeitos, o mercado ainda é a forma mais eficiente de organizar a produção...

22. ... "sem que percebamos, sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado".

O segmento transcrito acima constitui

- (A) resumo de todo o desenvolvimento posterior do texto.
- (B) transcrição exata das palavras do filósofo citado no texto.
- (C) hipótese contrária ao que havia sido afirmado anteriormente.
- (D) insistência em uma afirmativa que enumera vantagens da época moderna.
- (E) dúvida quanto ao valor econômico de certos produtos estabelecido pelo mercado.



23. De acordo com o texto, o segmento grifado nas frases abaixo que se refere à expressão "sociedade de mercado" é:

- (A) *Mas o que seria uma "sociedade de mercado"? (2º parágrafo)*
- (B) *... que nunca a haviam conhecido. (3º parágrafo)*
- (C) *... estamos em uma época em que todas as relações... (1º parágrafo)*
- (D) *Sandel reafirma sempre que, com todos os seus defeitos... (3º parágrafo)*
- (E) *Já chegamos a ela? (1º parágrafo)*

24. Já chegamos a ela? (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima, considerando seu emprego no texto, está em:

- (A) *... que, junto a essa economia de mercado, vem quase sempre o desenvolvimento de instituições democráticas...*
- (B) *Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.*
- (C) *... que a adoção de economias de mercado levou a prosperidade a regiões do globo...*
- (D) *... sem que tenhamos decidido...*
- (E) *Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza.*

25. Muitos economistas acreditam que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens.

A opinião de muitos economistas é verdadeira quando se trata de bens materiais.

Bens materiais são aparelhos de televisão ou carros.

Não é verdade quando se trata de bens imateriais, por exemplo, os valores sociais.

As afirmativas acima estão devidamente articuladas em um parágrafo, com clareza e correção, em:

- (A) *Contudo muitos economistas acreditam que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens, é uma opinião verdadeira quando se trata de bens materiais. Como os aparelhos de televisão ou carros. Mas também não é verdadeira referindo-se a bens imateriais; por exemplo os valores sociais.*
- (B) *De acordo com a crença de muitos economistas, o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens. Essa opinião é verdadeira em relação aos bens materiais, tais como aparelhos de televisão ou carros; não é verdade, porém, quando se trata de bens imateriais, como são, por exemplo, os valores sociais.*
- (C) *O mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens, diz a opinião verdadeira dos economistas que acreditam nela. Quando se trata de bens materiais, quer dizer, aparelhos de televisão ou carros; não é verdadeira porque se refere aos valores sociais, ou bens imateriais, por exemplo.*
- (D) *Muitos economistas concordam com a crença que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens materiais; tal como os aparelhos de televisão ou os carros. Que é opinião verdadeira, porém não sendo assim quando se referem os bens imateriais, por exemplo, como valores sociais.*
- (E) *A qualidade ou o caráter dos bens não altera o mercado, onde está a crença verdadeira de muitos economistas. Com a opinião que os bens materiais, aparelhos de televisão ou carros; não acreditando ser verdade para os bens imateriais, como valores sociais, por exemplo.*

Legislação

26. Considere as atribuições do Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos:

- I. *Assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções.*
- II. *Coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação.*
- III. *Promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades envolvidas com a atividade penal e não criminal.*
- IV. *Colaborar na elaboração de minutas de anteprojetos de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público.*
- V. *Coordenar a elaboração de proposta orçamentária do Ministério Público e encaminhá-la ao Procurador-Geral de Justiça.*

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) *I e IV.*
- (B) *II, III e V.*
- (C) *I, III e V.*
- (D) *IV e V.*
- (E) *III, IV e V.*



27. São órgãos de execução na organização do Ministério Público:

- I. A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- II. O Conselho Superior do Ministério Público.
- III. A Procuradoria-Geral de Justiça.
- IV. As Promotorias de Justiça.
- V. O Procurador-Geral de Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e V.
- (C) I, III e V.
- (D) IV e V.
- (E) II e IV.

28. Para manifestar-se em agravo de instrumento interposto no Tribunal de Justiça contra decisão de primeira instância proferida em ação judicial na qual o órgão do Ministério Público é parte, considera-se intimação pessoal a realizada

- (A) pessoalmente por Oficial de Justiça cumprindo mandado judicial.
- (B) por carta com aviso de recebimento.
- (C) por carta precatória.
- (D) com a entrega dos autos com vista.
- (E) por carta de ordem.

29. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça

- (A) decidir sobre a remoção compulsória de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça.
- (B) aprovar, por maioria absoluta, a proposta do Procurador-Geral de Justiça para excluir, incluir ou modificar as atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça.
- (C) decidir sobre avaliação de estágio probatório de Promotor de Justiça e de seu vitaliciamento.
- (D) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção e remoção por antiguidade.
- (E) aprovar os pedidos de permuta entre membros do Ministério Público.

30. Caio da Silva ofereceu representação ao Promotor de Justiça do Consumidor da Comarca de Manaus para investigar a venda de gasolina adulterada em postos de combustíveis da cidade. Instaurado o inquérito civil e esgotadas as diligências para apuração dos fatos, o órgão do Ministério Público em manifestação fundamentada propendeu pelo arquivamento dos autos. Considerando a não confirmação da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior, é correto afirmar que

- (A) os autos do inquérito civil voltam ao Promotor de Justiça para o prosseguimento das investigações.
- (B) os autos serão encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça para a propositura de ação civil pública.
- (C) os autos serão encaminhados ao Subprocurador-Geral de Assuntos Jurídicos com recomendação para a designação de outro Promotor de Justiça para prosseguir nas investigações.
- (D) será expedida recomendação, sem caráter vinculativo, ao Promotor de Justiça para prosseguir as investigações.
- (E) será designado outro Promotor de Justiça, preferencialmente, dentre os membros da Promotoria de Justiça Especializada para o ajuizamento da ação.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Segundo a literalidade da Constituição Federal de 1988, a universalidade da cobertura e do atendimento, a irredutibilidade do valor dos benefícios e a diversidade da base de financiamento são
- (A) fundamentos da seguridade social.
 - (B) princípios da seguridade social.
 - (C) elementos da seguridade social.
 - (D) valores da seguridade social.
 - (E) objetivos da seguridade social.
32. É um direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais:
- (A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
 - (B) relação de emprego, protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei especial.
 - (C) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
 - (D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada negociação coletiva.
 - (E) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e aos domingos.
33. Compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) aprovar a escolha do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil.
 - (B) eleger dois membros do Conselho da República.
 - (C) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Municípios.
 - (E) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
34. Cabe medida provisória para dispor sobre
- (A) garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional.
 - (B) serviços locais de gás canalizado e concessão de licença ambiental.
 - (C) ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre.
 - (D) impostos extraordinários em face de guerra externa, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessada a causa de sua criação.
 - (E) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

35. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe
- (A) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem que compete privativamente ao Presidente da República remeter ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
 - (B) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, vedada a recomendação de providências.
 - (C) apreciar, mediante provocação, mas não de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.
 - (D) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade, a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço ou a demissão a bem do serviço público, bem como aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
 - (E) rever, mediante provocação, mas não de ofício, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

Direito Administrativo

36. A respeito da teoria da imprevisão, aplicável à execução dos contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) se verifica quando o preço ofertado pelo contratado no processo licitatório se mostra insuficiente para fazer frente à execução do objeto contratado, autorizando a sua revisão.
 - (B) decorre, exclusivamente, de eventos de força maior ou caso fortuito que impeçam a execução do objeto contratual ou o tornem economicamente inviável.
 - (C) corresponde ao conceito de álea econômica extraordinária, também denominada fato do príncipe, que autoriza a rescisão do contrato para recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro.
 - (D) se verifica quando ocorre fato do príncipe, fato da administração ou eventos de força maior que tornam excessivamente onerosa a execução do contrato, autorizando a sua rescisão, vedada a revisão do preço contratado.
 - (E) se aplica na ocorrência de eventos supervenientes, imprevisíveis e não imputáveis às partes, que repercutam excessivamente sobre a economia ou a execução do contrato, autorizando a sua revisão para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.



<p>37. Determinado município outorgou à empresa privada, mediante prévio procedimento licitatório, permissão para operação de linhas de ônibus para o serviço público de transporte de passageiros. Após três anos de operação privada, o novo Prefeito decidiu que o município deveria retomar a operação dessas linhas, como forma de propiciar a modicidade tarifária aos usuários, muito embora a permissão originalmente outorgada previsse o prazo de cinco anos, prorrogável por igual período. De acordo com as disposições legais que disciplinam a matéria, essa decisão é</p> <p>(A) legal, desde que declarada, mediante prévia autorização legislativa, a encampação do serviço.</p> <p>(B) legal, haja vista o caráter precário do regime de permissão de exploração de serviço público.</p> <p>(C) ilegal, haja vista que a retomada antes do prazo outorgado somente pode ocorrer em caso de declaração de caducidade.</p> <p>(D) ilegal, salvo se houver expressa concordância da permissionária e indenização por todos os investimentos não amortizados.</p> <p>(E) legal, desde que fundada em razões de interesse público devidamente justificado e constatada a ineficiência na prestação do serviço pelo permissionário.</p>	<p>40. Sandro, integrante do quadro funcional de determinada sociedade de economia mista, utilizou, em proveito próprio e de particulares com os quais mantinha relações comerciais, bens integrantes do acervo patrimonial da empresa. De acordo com a legislação que disciplina os atos de improbidade administrativa,</p> <p>(A) nenhum dos envolvidos está sujeito à incidência da Lei de Improbidade, eis que a mesma só alcança integrantes de entidades de direito público e agentes políticos.</p> <p>(B) apenas Sandro, na condição de agente público, encontra-se sujeito aos preceitos da lei de improbidade, respondendo os particulares de acordo com a legislação civil.</p> <p>(C) suas condutas configuram atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito.</p> <p>(D) todos estarão sujeitos à capitulação de suas condutas como ato de improbidade, desde que comprovado prejuízo ao erário.</p> <p>(E) os envolvidos apenas respondem por ato de improbidade se o poder público detiver mais do que 50% do capital social da sociedade de economia mista.</p>
<p>38. Considere as seguintes afirmações a respeito da organização administrativa:</p> <p>I. Autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, sujeitas ao controle finalístico do ente instituidor.</p> <p>II. Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado que, por lei, são autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público não exclusivos do Estado.</p> <p>III. Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei, exclusivamente para a prestação de serviço público de natureza econômica.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>41. As pessoas jurídicas de direito público interno, dentre as quais os Municípios e</p> <p>(A) as autarquias, exceto as associações públicas, são subjetivamente responsáveis pelos atos comissivos que seus agentes, no exercício da função pública que lhes compete, causarem a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano.</p> <p>(B) os partidos políticos e as associações públicas são objetivamente responsáveis pelos atos comissivos que seus agentes, no exercício da função pública que lhes compete, causarem a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano, caso haja prova de dolo ou culpa por parte destes.</p> <p>(C) as autarquias e os partidos políticos são objetivamente responsáveis pelos atos comissivos que seus agentes, no exercício da função pública que lhes compete, ou fora dela, causarem a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano, caso haja prova de dolo ou culpa por parte destes.</p>
<p>39. A concessão de licença para funcionamento de estabelecimento comercial constitui exemplo de atuação administrativa fundada no poder</p> <p>(A) regulamentar.</p> <p>(B) disciplinar.</p> <p>(C) de polícia.</p> <p>(D) normativo.</p> <p>(E) hierárquico.</p>	<p>(D) as autarquias e os partidos políticos são subjetivamente responsáveis pelos atos comissivos que seus agentes, no exercício da função pública que lhes compete, causarem a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano, mesmo em caso de força maior.</p> <p>(E) as autarquias e as associações públicas são objetivamente responsáveis pelos atos comissivos que seus agentes, no exercício da função pública que lhes compete, causarem a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano, caso haja prova de dolo ou culpa por parte destes.</p>



<p>42. A responsabilidade pela evicção</p> <p>(A) pode ser excluída mediante cláusula expressa, mas, se esta se der, tem o evicto direito a receber o que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção.</p> <p>(B) não pode ser excluída pelas partes.</p> <p>(C) pode ser excluída mediante cláusula expressa, mas, se esta se der, tem o evicto direito a receber o que pagou pela coisa evicta, soubesse ou não do risco da evicção.</p> <p>(D) pode ser excluída, mas não diminuída, mediante cláusula expressa, mas, se esta se der, tem o evicto direito a receber o que pagou pela coisa evicta mais indenização pelos prejuízos que resultarem da evicção, se não soube do risco da evicção.</p> <p>(E) pode ser excluída mediante cláusula expressa, mas, se esta se der, tem o evicto direito a receber o que pagou pela coisa evicta mais indenização pelos prejuízos que resultarem da evicção, soubesse ou não do risco da evicção.</p>	<p>45. Negócio jurídico praticado sob coação</p> <p>(A) é nulo, não convalidando com o tempo nem podendo ser confirmado pelas partes.</p> <p>(B) é anulável, no prazo decadencial de 4 anos, podendo ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiros.</p> <p>(C) é anulável, no prazo prescricional de 3 anos, podendo ser confirmado pelas partes independentemente do direito de terceiros.</p> <p>(D) pode ser declarado nulo desde que o prejudicado ajuíze ação no prazo prescricional de 10 anos.</p> <p>(E) é anulável, não convalidando pelo decurso do tempo nem podendo ser confirmado pelas partes.</p>
<p>43. A doação</p> <p>(A) ao nascituro valerá se aceita pelo seu representante legal.</p> <p>(B) feita ao incapaz dispensa aceitação, desde que se trate de doação com encargo.</p> <p>(C) em forma de subvenção periódica pode ultrapassar a vida do donatário, se as partes assim o convençionarem.</p> <p>(D) do cônjuge adúltero a seu cúmplice é nula de pleno direito.</p> <p>(E) pode prever cláusula de reversão em favor de terceiro.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>46. O incapaz</p> <p>(A) responde pela totalidade dos prejuízos se tiver agido com dolo ou culpa grave.</p> <p>(B) nunca responde pelos prejuízos que causar.</p> <p>(C) responde pelos prejuízos, de forma equitativa, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes e desde que a indenização não prive do necessário o próprio incapaz e as pessoas que dele dependem.</p> <p>(D) responde pela totalidade dos prejuízos se tiver agido com dolo ou culpa grave e desde que as pessoas por ele responsáveis não tinham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes.</p> <p>(E) sempre responde pelos prejuízos, mas de forma equitativa e desde que a indenização não prive do necessário o próprio incapaz e as pessoas que dele dependem.</p>
<p>44. A cessão de crédito</p> <p>(A) obriga o cedente pela existência do crédito, seja a cessão onerosa ou gratuita, independentemente de boa ou má-fé.</p> <p>(B) tem validade somente em relação ao cedente, se houver sido notificada ao devedor.</p> <p>(C) obriga, em regra, o cedente pela solvência do devedor.</p> <p>(D) abrange, em regra, os acessórios do crédito cedido.</p> <p>(E) autoriza o devedor a opor exceções apenas contra o cedente.</p>	<p>47. Na ação civil pública, o Ministério Público</p> <p>(A) será, se vencido, condenado ao pagamento de custas, que se destinarão a um fundo de proteção aos direitos difusos.</p> <p>(B) está adstrito, na formulação do pedido, às obrigações de fazer e não fazer, não podendo deduzir pretensão de condenação em dinheiro.</p> <p>(C) atua apenas se for o autor da ação.</p> <p>(D) requererá o cumprimento da sentença apenas se tiver sido autor da ação.</p> <p>(E) ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa em caso de desistência ou abandono injustificado por associação legitimada.</p>



<p>48. Quando dois ou mais juízes se considerarem incompetentes,</p> <p>(A) o processo é extinto sem julgamento de mérito.</p> <p>(B) pode a parte, concomitantemente, suscitar conflito de competência e apresentar exceção de incompetência, desde que em petições separadas.</p> <p>(C) poderá suscitar conflito de competência apenas o juiz, por meio de ofício dirigido ao presidente do tribunal.</p> <p>(D) se suscitado conflito de competência, o Ministério Público intervirá apenas se a causa envolver interesse de incapaz.</p> <p>(E) poderá o Ministério Público suscitar conflito de competência, dirigido ao presidente do tribunal por meio de petição.</p>	<p>52. Gervásio, funcionário público, pensou em subtrair um computador da repartição pública em que trabalhava, para vender e obter recursos. No dia em que havia se programado para praticar o ato, desistiu, sem dar início à execução do delito. Nesse caso,</p> <p>(A) Gervásio não será punido de nenhuma forma, porque o delito não chegou a ser tentado.</p> <p>(B) não será reconhecida a tentativa pela ocorrência da desistência voluntária.</p> <p>(C) Gervásio responderá por peculato na forma tentada.</p> <p>(D) não será reconhecida a tentativa pelo reconhecimento do arrependimento eficaz.</p> <p>(E) Gervásio responderá por peculato consumado, por ter ocorrido arrependimento posterior.</p>
<p>49. No processo cautelar,</p> <p>(A) a medida deferida liminarmente conserva sua eficácia se o processo principal for extinto sem julgamento de mérito e a apelação for recebida no efeito devolutivo.</p> <p>(B) não há contestação, pois inexistente lide.</p> <p>(C) a prova deve ser pré-constituída, não se admitindo colheita da prova oral.</p> <p>(D) é cabível a concessão de liminar sem a oitiva da parte contrária, inclusive sem justificação prévia ou prestação de caução.</p> <p>(E) não cabe condenação em perdas e danos, as quais devem ser pleiteadas no processo principal.</p>	<p>53. Rivaldo ateou fogo em seu apartamento para receber o seguro correspondente. No entanto, não conseguiu sair do imóvel pelas portas e tentou escapar pela janela, com a utilização de uma corda, juntamente com a sua empregada Nair. A corda começou a romper-se e, em face da existência de perigo atual e inevitável para sua vida, fez Nair desprender-se da corda, cair e morrer, o que permitiu que descesse até o solo. Nesse caso, Rivaldo</p> <p>(A) não agiu em estado de necessidade, porque era razoável exigir-se o sacrifício do direito próprio em situação de perigo.</p> <p>(B) agiu em estado de necessidade, porque não podia de outra forma salvar-se da situação de perigo.</p> <p>(C) não agiu em estado de necessidade, porque a situação de perigo foi provocada por sua vontade.</p> <p>(D) agiu em estado de necessidade, porque o perigo era atual e inevitável.</p> <p>(E) agiu em estado de necessidade, porque o perigo era eventual e abstrato.</p>
<p>50. No inventário judicial não amigável, o</p> <p>(A) juiz deverá proceder à colheita de prova oral quando houver controvérsia sobre a qualidade de herdeiro.</p> <p>(B) inventariante será removido se, por culpa sua, se deteriorarem, forem dilapidados ou sofrerem dano os bens do espólio.</p> <p>(C) óbito do autor da herança pode ser comprovado por todos os meios lícitos e moralmente aceitos.</p> <p>(D) julgamento da partilha precede o pagamento do imposto de transmissão a título de morte.</p> <p>(E) Ministério Público não tem legitimidade para o requerer, haja ou não interesse de incapaz.</p>	<p>54. O funcionário público que solicita vantagem indevida para aprovar, em prova prática, candidato à obtenção de carteira de habilitação de motorista, comete crime de</p> <p>(A) corrupção ativa.</p> <p>(B) concussão.</p> <p>(C) corrupção passiva.</p> <p>(D) excesso de exação.</p> <p>(E) prevaricação.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>51. O uso da analogia para punir alguém por ato não previsto expressamente em lei, mas semelhante a outro por ela definido,</p> <p>(A) é permitido, se o fato for contrário ao sentimento do povo na época em que o ato foi praticado.</p> <p>(B) é vedado, por importar em violação do princípio da legalidade.</p> <p>(C) é vedado, por contrariar o princípio da proporcionalidade da lei penal.</p> <p>(D) é permitido, se o fato for contrário aos princípios fundamentais do Direito Penal.</p> <p>(E) só é permitido se estiver fundado no direito consuetudinário.</p>	<p>55. A respeito do crime de falsificação de documento público, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os documentos emanados de entidades paraestatais não se equiparam a documento público.</p> <p>(B) Caracteriza-se a forma culposa do delito, quando o agente alterar documento por equívoco e sem a intenção de prejudicar quem quer que seja.</p> <p>(C) É desnecessária para a caracterização desse delito que a falsificação apresente a possibilidade de prejuízo.</p> <p>(D) O testamento particular equipara-se a documento público para os efeitos penais.</p> <p>(E) Só o funcionário público pode ser sujeito ativo desse delito.</p>

Direito Processual Penal

56. João cometeu crime de ação penal pública incondicionada; José praticou delito de ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo; Pedro cometeu crime de ação penal de iniciativa privada que somente pode ser ajuizada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo. O delegado de polícia poderá iniciar o inquérito policial, de ofício, no que concerne à acusação contra
- (A) João, José e Pedro.
 (B) José, apenas.
 (C) João e José, apenas.
 (D) Pedro, apenas.
 (E) João, apenas.
-
57. Na ação penal privada, o perdão
- (A) poderá ser concedido até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 (B) concedido a um dos querelados não aproveitará os demais.
 (C) produzirá efeito em relação ao querelado que o recusar.
 (D) somente poderá ser expresso, por meio de declaração assinada pelo ofendido.
 (E) não poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
-
58. A prisão preventiva
- (A) não pode ser decretada para a garantia de ordem econômica.
 (B) não pode ser decretada a requerimento do querelante.
 (C) pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal.
 (D) pode ser decretada pelo Ministério Público.
 (E) pode ser decretada nos crimes culposos.
-
59. A respeito da denúncia, considere:
- I. A descrição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, é desnecessária quando a denúncia estiver embasada em inquérito policial.
 II. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão judicial que rejeitar a denúncia.
 III. O representante do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito policial e oferecer a denúncia com base em peças de informação que tiver recebido.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 (B) II.
 (C) I e III.
 (D) II e III.
 (E) III.
-
60. No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, o acusado será interrogado
- (A) antes da apresentação da defesa preliminar.
 (B) ao final da instrução, antes dos debates.
 (C) após a apresentação da defesa preliminar e antes da inquirição das testemunhas arroladas pela acusação.
 (D) após a inquirição das testemunhas de acusação e antes da inquirição das testemunhas arroladas pela defesa.
 (E) após os debates, antes da prolação da sentença.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

Pluto, na mitologia grega, é a divindade que personifica a Riqueza. Costumavam representá-lo cego, porque beneficiava indistintamente os bons e os maus.

Nos regimes democráticos, o principal instrumento de participação popular é o voto, com que são escolhidos os governantes, que teriam de administrar o Estado visando ao bem do povo. No entanto, se nesses regimes a economia dita as regras, o voto pode se tornar um modo de legitimar uma verdadeira plutocracia e uma renúncia à participação política.

Com base nos fragmentos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a questão:

Como garantir a participação política diante do poder econômico?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	